

Público

02-06-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 46948

Temática: Política

Dimensão: 1743

Imagem: N/PB

Página (s): 1/2 e 3

Eleições 2011 Medidas da *troika* violam Constituição • Próximo Governo perto do centro-direita • Manuel Pinho faz a apologia do Bloco Central • Marcelo quer Passos a contrariar *lobbies* Pág. 2 a 9



José Sócrates, ontem à noite,
em Santa Maria da Feira

Eleições 2011 António Capucho e Correia de Campos defendem coligação a três

Em busca da maioria clara para sobreviver ao memorando

O centro-direita é o favorito das sondagens, mas haverá um papel para todos os partidos do “arco da *troika*” no dia seguinte às legislativas

Miguel Gaspar

● À medida que se aproxima o dia das eleições, a sucessão de empates técnicos nas sondagens está a dar lugar à ideia de que uma maioria de centro-direita será a base mais provável para o próximo Governo, mas todos os cenários continuam em cima da mesa. E se a aplicação do memorando da *troika* é o factor comum a todos os desenlaces possíveis, essa certeza não é tranquilizadora. As dificuldades na aplicação desse programa e a evolução da crise da dívida soberana na Europa condicionarão todos os partidos por igual.

“O cenário mais provável é que estejamos perto de uma maioria de centro-direita. A confirmar-se, isso não nos diz nada de novo sobre o funcionamento da nossa democracia”, diz ao PÚBLICO o politólogo António Costa Pinto. “A incerteza virá da conjuntura internacional, do contágio da Grécia, da *troika* ou do eventual agravamento da recessão. Isso poderá levar a outro tipo de solução entre os partidos que subscreveram o acordo com a *troika*. E as lições da Grécia são pouco famosas”, acrescenta.

Uma maioria absoluta de centro-direita satisfaria as condições impostas pelo Presidente da República para dar posse a um novo Governo. E seria suficiente, segundo o constitucionalista Tiago Duarte, para fazer passar a legislação exigida pelo memorando. “Um processo de revisão constitucional seria incompatível com a urgência imposta pelo calendário da *troika*”, afirma, em consonância com outros constitucionalistas (ver página 3).

Para o constitucionalista, à partida, as medidas do memorando não exigem mudanças na Constituição ou maiorias de dois terços. No entanto, há casos como o da lei dos despedimentos em que poderá colocar-se a necessidade de uma revisão. “Isso dependeria da intensidade das alterações”, afirma.

Uma vitória do PS equivaleria a uma negociação pós-eleitoral complexa. “No caso de se dar o cenário mais improvável, que é o de uma vitória socialista, pode acontecer um Bloco

Central, uma vez que, nesse caso, Passos Coelho não estaria na liderança do PSD no minuto seguinte”, afirma o investigador André Freire. “Mas o PS também pode formar governo com o CDS, que se tem mantido equidistante entre os dois grandes partidos e que em matérias como a Taxa Social Única ou as privatizações tem assumido posições mais próximas do PS do que do PSD”, acrescenta o politólogo.

Mas tanto Passos Coelho como Paulo Portas já rejeitaram qualquer entendimento se José Sócrates continuar à frente do PS. Se vencerem, os socialistas ficarão como a noiva abandonada no altar... O eurodeputado do CDS-PP, Nuno Melo, afirma-o de forma clara: “Fomos oposição ao PS e queremos o PS na oposição. Um partido que deixou o país chegar a esta situação não pode gerir a ajuda externa. Essa pergunta devia ser feita aos partidos que fizeram acordos com o PS”, disse ao PÚBLICO, numa referência indirecta ao PSD.

Governar a três?

Há quem acredite, no entanto, que o prazo de validade da retórica de campanha se esgotará no dia seguinte às

O CDS acredita que vai resistir à pressão do voto útil e coloca-se numa posição de charneira entre o PSD e o PS



Sócrates e Passos: confronto final a 5 de Junho. E depois?



eleições. Tanto no que se refere à recusa da direita de se sentar à mesa com o PS, como quanto aos ataques entre PSD e CDS-PP que marcaram a primeira semana da campanha.

“Não dou muito relevo às picardias de campanha e Passos Coelho sempre teve o cuidado de não tocar em Portas”, afirmou ao PÚBLICO o social-democrata António Capucho. O eurodeputado e antigo ministro socialista, Correia de Campos pensa o mesmo, relativamente ao diálogo pós-eleitoral entre os partidos que subscreveram o memorando. “Não dou qualquer importância às recusas de acordos eleitorais”, disse a este jornal.

Correia de Campos e António Capucho encontram-se ainda na defesa de um governo de coligação entre os três partidos do arco da governação. “Se um dos três ficar de fora ficará com as mãos livres”, avisa Correia de Campos. “O PSD pode ter a tentação de avançar sozinho com o CDS mas isso será um erro político terrível e uma oportunidade perdida. Na crise da primeira metade da década de 80, os governos europeus duravam em média dois anos. Há o risco de isso vir a acontecer.”

Para o conselheiro de Estado, nomeado por Cavaco Silva, esse também é o cenário desejável, mas difícil de

alcançar. “Seria importante que fosse um governo de unidade nacional englobando todo o arco da governação”, no qual os socialistas “poderiam ter dois ou três ministros”.

“Uma derrota notável”

Para António Capucho, a dificuldade estaria no facto de “não ser possível

esperar por um congresso socialista”. Isto porque, afirma, uma derrota do PS nas eleições implicaria a saída do actual líder. Capucho veria com bons olhos que Francisco Assis - apontado, com António José Seguro como um dos potenciais candidatos à sucessão de Sócrates - viesse a assumir a liderança dos socialistas a seguir às

Em Belém, à espera do veredicto dos eleitores

Presidente pediu uma maioria clara

Cavaco Silva balizou estas eleições ao afirmar que só daria posse a um Governo que tivesse uma maioria clara. Ficará tranquilo se o PSD e o CDS conseguirem essa maioria e intranquilo se o PS ganhar com maioria relativa. Para André Freire, neste último cenário, o Presidente “não ficaria deslegitimado, mas ficaria muito enfraquecido”. O politólogo considera que Cavaco “deu o tiro de partida nesta crise, com o discurso de posse e a sua omissão durante o PEC IV”. A defesa de uma mudança que fez no discurso de 9 de Abril seria legitimada

por uma maioria de direita. Costa Pinto também refere a questão da legitimidade e sublinha que uma vitória do PS obrigaria o PR a ter um papel mais interventivo.

Para o conselheiro de Estado António Capucho o PR “pode agir junto de outras esferas da sociedade no sentido de ajudar à aplicação das medidas”. O social-democrata lembra que “há demasiada crispação” na sociedade portuguesa e que Cavaco pode desempenhar um papel a esse nível. O encontro do PR com responsáveis da Justiça, esta semana, seria um exemplo desse tipo de intervenção. **M.G.**



Canotilho diz que não há tempo para revisão

Medidas da *troika* à revelia da Constituição

● O Governo que sair das eleições do próximo domingo vai ter que avançar com algumas das medidas previstas no memorando de entendimento à revelia da Constituição da República Portuguesa (CRP), uma vez que os prazos previstos no documento são incompatíveis com um processo de revisão do texto fundamental. A ideia foi defendida ontem pelo constitucionalista José Gomes Canotilho, durante uma conferência sobre “Crise e Constituição” organizada pela Universidade de Lusíada.

O professor da Faculdade de Direito de Coimbra admite que medidas como o alargamento do conceito de despedimento por justa causa ou a revisão da lei de enquadramento orçamental “poderão exigir alterações à Constituição”. O problema, alerta, está na dificuldade e no tempo que leva tal processo: “É preciso dois terços dos deputados, o que será muito difícil, debates na Assembleia da República e isto não é compatível com a celeridade e com o esquema temporal desenhado no próprio memorando”.

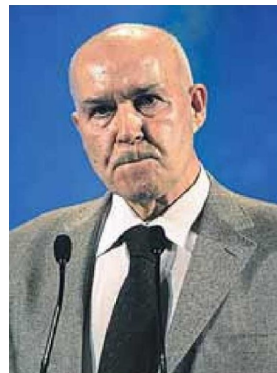
Gomes Canotilho não tem dúvidas de que a situação que se vive em 2011 é muito semelhante aos períodos de guerra civil em que Portugal se confrontou no final do século XIX. Por isso, receia que as soluções sejam semelhantes, adoptando-se novas versões dos decretos ditatoriais em que os governos assumiam determinadas medidas contra a CRP.

“O que se vai invocar é novamente a ideia de salvação pública. Qualquer que seja o Governo vai dizer o seguinte: há situações que não se compadeçam com o adiamento exigido por um

processo de revisão constitucional e por isso vamos adoptar essas medidas”, adianta.

“O Governo vai tomar as medidas - mesmo que o Tribunal Constitucional venha dizer *a posteriori* que são inconstitucionais - alegando que se um governo de gestão o pôde fazer [assinar o memorando de entendimento com a *troika*], com maioria de razão um governo legitimado as pode e deve tomar”, acrescenta. Canotilho antecipa ainda que o argumentário do próximo Executivo passará a ideia de que não é possível esperar pela revisão constitucional, sob pena de se ultrapassarem os prazos previstos no memorando para a adopção de determinadas medidas até ao final do ano, com as responsabilidades internacionais que daí decorreriam.

Também Afonso d' Oliveira Martins,



Gomes Canotilho

professor da Universidade Lusófona, admite que “há problemas de compatibilidade” entre o memorando e a CRP, nomeadamente na área laboral e da segurança social.

“O cumprimento deste memorando vai chocar com a Constituição e julgo que se tornaria necessária uma revisão. Uma das soluções é introduzir-se alterações definitivas que ajustem a Constituição à realidade, ajudando ao cumprimento das obrigações assumidas. Outra, é introduzir a figura do estado de emergência financeira, que permitira a suspensão da aplicação das normas, mas estes estados de excepção são arriscados”, disse.

Gomes Canotilho está ciente desses riscos, mas prefere que a excepção esteja regulada na CRP do que deixá-la ao critério dos políticos. “Como a questão do endividamento está a adquirir um aspecto sistémico, não podemos desenhar aqui algumas soluções excepcionais”, questiona.

Já a ideia de dar poderes excepcionais ao Presidente da República em casos de emergência aparece como um “recurso divino” e comporta demasiados riscos. “Não concordo. Quem tem que prestar contas é o Governo”, justifica o constitucionalista.

Esta é uma ideia que também não recolhe o apoio de Miguel Galvão Teles, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia, que ontem também participou no debate. Embora prefira não mexer nesse ponto, Galvão Teles acredita que a questão vai acabar por se colocar, assim como as alterações que permitam reduções de salários no sector privado. **Raquel**

eleições. “Pode ter um papel determinante”, afirma. Isto porque, mesmo sem governarem em coligação, os três partidos estão comprometidos com a aplicação do programa da *troika* e terão de fazer acordos. Correia de Campos também sublinha esse compromisso, mas não pensa que a Sócrates tenha de sair: “Quantas vezes Winston Churchill foi derrotado? O suicídio pós-eleitoral é um cenário novelesco”, garante. E está longe de acreditar na derrota do PS: “Há muitas incógnitas e é muito difícil fazer previsões. Está tudo em aberto”, afirma.

Almeida Santos, o presidente do partido, já veio dizer que Sócrates precisa de repousar e “será difícil de segurar como líder”, no caso de não vencer. Mas do ponto de vista dos políticos, a saída de Sócrates não é um dado adquirido e depende da dimensão de uma eventual derrota. “A liderança não estará em causa com um resultado próximo do do PSD. Uma votação de 31/32 por cento dá-lhe essa legitimidade”, defende Costa Pinto.

“Se Sócrates perder num cenário tão difícil como este, será uma derrota notável e ele terá condições políticas para continuar na liderança do partido. Não sabe é o que ele vai querer fazer, se querará estar no

Parlamento”, defende André Freire.

O destino de Sócrates preocupa pouco Nuno Melo, que está convencido que os socialistas vão ter “uma derrota significativa” e acredita que os populares vão conseguir resistir ao apelo do voto útil no PSD. “Não é a primeira vez que os dois partidos crescem ao mesmo tempo”, afirma. E critica as sondagens que acusa de tentarem “potenciar o voto útil ao centro”.

O clima de confiança que se vive na campanha centrista mostra como o partido sabe que tem tudo para sair a ganhar. “O CDS fica numa posição negocial muito significativa. Procura ser um partido de charneira. Há um esforço à direita para o CDS canibalizar o PSD”, analisa Costa Pinto.

E à esquerda do PS, o que é possível esperar? As sondagens não parecem estar a ajudar os dois partidos que se colocam fora do “arco da *troika*”, apesar de o PCP estar a resistir melhor do que o Bloco. “Os dois partidos vão ser trucidados pelo voto útil por não terem colaborado com o PS”, defende André Freire. “As pessoas querem soluções e o protesto tem limites. E, num certo sentido, essa recusa permanente em negociar é não aceitar plenamente a democracia”, acrescenta.

Tribunal obriga a novos frente-a-frente

Principais partidos fora de novos debates

● Os cinco partidos portugueses com representação parlamentar (PS, PSD, CDS, BE e CDU) não vão participar nos debates com o Movimento Esperança Portugal (MEP), determinados por decisão do Tribunal Judicial de Oeiras após o partido reivindicar igualdade de oportunidade face a outras candidaturas. As televisões estão a organizar oito frente-a-frente que começaram a ser gravados ontem e serão emitidos hoje e amanhã na RTP1, RTP2, SIC e TVI.

José Alberto Carvalho, director de informação da TVI, explicou que foram oito os partidos - PPM, PAN, MPT, PTP, PDA, POUS, PH e PPV - que se disponibilizaram a participar, nenhum dos quais com representação parlamentar. “Os debates durarão cerca de 20 minutos e cada canal emitirá dois, por volta das 21h”, precisou. “Esta foi a única forma de concretizar a decisão do tribunal quando falta tão pouco tempo para as eleições”, notou.

O presidente do MEP, Rui Marques, mostrou-se satisfeito com a solução e

salienta a “decisão histórica” do tribunal de Oeiras que, pela primeira vez, reconheceu o princípio da igualdade de oportunidades entre os vários partidos candidatos às eleições legislativas. Saudou ainda a “atitude positiva das televisões para encontrar uma solução viável no tempo disponível”. Quanto à ausência dos principais partidos dos debates, o dirigente realça que é a estes que cabe justificar a decisão.

Quem também não vai participar é o PCTP/MRPP, que ganhou a primeira providência cautelar a exigir a realização de debates televisivos com os partidos sem assento parlamentar. O líder, Garcia Pereira só aceitaria estar nos debates se fossem realizados em igualdade de circunstâncias com os



Garcia Pereira acusa os canais de “tentar sabotar a decisão judicial” ao prever formatos diferentes de debate

já transmitidos, ou seja, em directo, e com a mesma duração (45 minutos). À Lusa, o dirigente do PCTP-MRPP acrescentou que as televisões pretendiam “debates gravados com menos de metade do tempo, excluindo os partidos que já debateram e reservando-se o direito de emitirem os programas pela ordem que entendessem”, acusando os canais de “tentarem sabotar a decisão judicial”.

Posição diferente tem o presidente do MPT-Partido da Terra, Pedro Quartín Graça, para quem estes debates não ultrapassam o problema de fundo: “A desigualdade de acesso aos meios de comunicação social”. Um facto que motivou uma queixa do MPT à Comissão Nacional de Eleições (CNE). Já o Partido Trabalhista Português (PTP) ameaçou impugnar as eleições caso não se realizem os debates televisivos determinados pelo tribunal de Oeiras. O porta-voz da CNE, Godinho de Matos, diz que a ausência de tratamento igualitário não é fundamento para impugnação. **Mariana Oliveira**